

É preciso recusar expedientes de desorçamentação, que escondem a realidade económico-financeira das contas públicas

# Tempo de deixar de desorçamentar e esconder dívida

**A**s empresas públicas têm sido e continuam a ser um instrumento de qualquer governo para práticas de desorçamentação de despesa e para “esconder” dívida pública futura. Vejamos.

As principais empresas públicas cronicamente deficitárias são (por ordem alfabética): Carris, CP, Metro de Lisboa, Metro do Porto, Refer, RTP, STCP, TAP e Transtejo. Com excepção da TAP em alguns anos, estas empresas têm acumulado, desde sempre, resultados negativos. Mas a que se deve estes resultados? A má gestão? À falta de racionalidade económica e financeira das decisões? Ao serviço público que é prestado?

Em nossa opinião, e pese embora a resposta àquelas questões poder conter, em alguns casos, um fundo de verdade, a principal razão para a situação económico-financeira negativa que estas empresas apresentam resulta do subfinanciamento que recebem do Estado pelo serviço público que prestam. Na verdade, o Estado devia, através das indemnizações compensatórias transferidas anualmente do Orçamento do Estado, ressarcir as empresas pelos custos em que incorrem na prestação de serviços públicos. Acresce que muitas destas empresas não só apresentam um subfinanciamento ao nível operacional, como também ao nível do investimento, quando são forçadas (pelo poder político) a alargar a sua actividade sem o adequado financiamento. Os exemplos são vários, desde a construção e extensão da linha de metropolitano para o aeroporto da Portela - quando este deverá ser encerrado em menos de dez anos após a linha estar concluída(!) - aos típicos eléctricos de Lisboa que, sendo um “cartão de visita” da capital, constituem uma fonte de prejuízo para a Carris.

Como se pode verificar no quadro em anexo, só no ano de 2007 é que as indemnizações compensatórias vieram compensar o resultado operacional negativo, permitindo, assim, e pela primeira vez nos últimos anos, o equilíbrio operacional para o conjunto de empresas atrás referido. No entanto, nem tudo são boas notícias: o endividamento tem crescido de ano para ano (e de que maneira!), tendo atingido, em 2007, uns alarmantes 16 mil milhões de euros, ou 10 por cento do PIB! Os custos deste enorme endividamento sufocam a conta de resultados destas empresas que, no ano passado, apresentaram um prejuízo de 705 milhões de euros (e que, nos últimos



**Miguel Frasquilho**



**Pedro Pereira Gonçalves**

## Indicadores financeiros agregados para um conjunto de 9 empresas públicas seleccionadas\*, 2001-2007

Valores em milhões de euros

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Resultado Operacional	-590.7	-550.5	-476.2	-436.8	-440.6	-395.6	-301.7
Resultado Líquido	-989.8	-947.0	-711.6	-696.7	-720.3	-736.2	-705.0
Endividamento	7 774.9	9 806.3	11 394.3	12 403.9	13 664.4	15 169.6	16 083.2
% do PIB	6.0	7.2	8.2	8.6	9.2	9.8	9.9
Indemnizações Compensatórias	147.3	224.3	263.8	292.2	305.9	331.0	346.1

\* Os dados agregados dizem respeito às seguintes empresas públicas: Carris, CP, Metro de Lisboa, Metro do Porto, Refer, RTP, STCP, TAP e Transtejo.

FONTES: Empresas, Ministério das Finanças e da Administração Pública, cálculos dos autores.

sete anos, totalizou 5500 milhões de euros).

Ao longo do tempo, os diversos governos têm vindo a pôr em prática esta cosmética orçamental - um verdadeiro expediente para tentar não piorar o défice público - que se destina a transferir o esforço de investimento do Orçamento do Estado para empresas públicas que são deficitárias - o que constitui, como o Tribunal de Contas já tantas vezes constatou, uma prática clara de desorçamentação... que, aliás, não nos surpreenderia que, em breve, se pudesse estender à Estradas de Portugal (transformada de entidade pública empresarial em sociedade anónima de capitais públicos no final de 2007)...

Ora, o endividamento acumulado até 2007 deste conjunto de empresas (os já referidos 10 por cento do PIB) mais não é do que dívida pública escondida - que deveria, pois, crescer à dívida pública “oficial”, que ultrapassará 65 por cento

**O endividamento destas empresas tem crescido de ano para ano, tendo atingido, em 2007, uns alarmantes 16 mil milhões de euros, ou 10% do PIB!**

do PIB em 2009 (juntando aos 64 por cento previstos no OE 2009 a dívida pública - de sensivelmente 1 por cento do PIB - que será emitida para regularizar as dívidas do Estado às empresas). O que, mesmo sem contar com os encargos anuais associados às parcerias público-privado, que também têm vindo a crescer de ano para ano, já colocaria a dívida pública total em cerca de 75 por cento do PIB... Ora, havendo mais dívida pública, o seu financiamento irá, fatalmente, requerer o lançamento de mais impostos sobre todos os portugueses, fazendo perigar (ainda mais...) a sustentabilidade económica e financeira do nosso país.

Creemos ser mais do que tempo de em Portugal se optar por uma contabilização que retrate de forma clara, rigorosa e transparente o endividamento público do país, e não por processos e expedientes menos claros de desorçamentação, que só escondem a realidade económico-financeira das nossas contas públicas. Uma regra de boa gestão que se deve aplicar ao Estado, às empresas públicas, às empresas privadas, enfim, a todos - porque sem um conhecimento verdadeiro da realidade não se podem aplicar (boas) medidas correctivas.

É esse o desafio que aqui lançamos: falar verdade para poder gerir com o rigor de que tanto precisamos. Economistas